

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DANIELLE SOTTI PIOVESANA

**EVOLUÇÃO DO SETOR DE PRODUTOS ORGÂNICOS NO BRASIL A PARTIR
DOS ANOS 2000**

CURITIBA

2015

DANIELLE SOTTI PIOVESANA

**EVOLUÇÃO DO SETOR DE PRODUTOS ORGÂNICOS NO BRASIL A PARTIR
DOS ANOS 2000**

Monografia apresentada como requisito parcial a obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Paulo Mello Garcias.

CURITIBA

2015

TERMO DE APROVAÇÃO

DANIELLE SOTTI PIOVESANA

EVOLUÇÃO DO SETOR DE PRODUTOS ORGÂNICOS NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 2000

Monografia apresentada como requisito parcial a obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, a seguinte banca examinadora:

Prof. Paulo Mello Garcias

Orientador - Departamento de Economia, UFPR

Prof^ª. Denise Maria Maia

Departamento de Economia, UFPR

Prof. Pulquerio Figueiredo Bittencourt

Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 03 de dezembro de 2015

AGRADECIMENTOS

A minha família, por todo apoio dedicado ao longo da minha graduação. Aos meus amigos, pelos bons momentos vividos na Universidade, pelo apoio nos tempos de dificuldade, pelas horas de estudos e experiências compartilhadas. A todos os professores e servidores do curso, os quais contribuíram para a minha formação. Ao meu orientador, pela paciência e ensino transmitido. E acima de tudo a Deus, sem o qual nada disso seria possível.

RESUMO

O setor de produtos orgânicos no mundo e no Brasil vem a cada ano apresentando um ritmo de crescimento saudável. Cada vez mais o desenvolvimento sustentável se torna uma preocupação da sociedade, a preocupação com o meio ambiente e a qualidade de vida levam as pessoas a buscarem estilos de vida alternativos, menos prejudiciais ao meio ambiente e à saúde. A busca por produtos que são produzidos sem o uso intensivo de agrotóxicos vem aumentando, incentivando o modo orgânico de produção. Após uma breve exposição do funcionamento de uma cadeia produtiva de produtos orgânicos, será analisado o crescimento do setor através de dados referentes à área destinada ao cultivo, número de países envolvidos com a agricultura orgânica, números de produtores e valores movimentados no mercado de orgânicos. A comercialização e exportações brasileiras também serão tratadas no trabalho. Serão apresentadas informações sobre a relevância da legislação para melhorias do setor, programas governamentais que tiveram impacto nesse modelo alternativo de produção agrícola e alguns entraves que o setor ainda enfrenta.

PALAVRAS-CHAVE: Produtos orgânicos, crescimento do setor de orgânicos, cadeia produtiva.

ABSTRACT

The sector of organic products in the world and in Brazil comes every year having a healthy growth. Sustainable development becomes a concern of society, concern for the environment and quality of life lead people to seek alternative lifestyles, less harmful to the environment and health. The search for products that are produced without the intensive use of pesticides has increased, encouraging the organic production. After a brief presentation of the operation of a supply chain for organic products, it will be analyzed the growth of the sector through the data on the area designated for cultivation, the number of countries involved in organic agriculture, producers numbers and values moved in the organic market. The Brazilian commercialization and exports will also be presented in the research. It will be presented information on the relevance of legislation for sector improvements, government programs that have impacted this alternative model of agricultural production and some obstacles that the sector still faces.

KEY-WORDS: organic products, organic growth sector, productive chain.

LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

Apex-Brasil	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CIAPO	Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CPA	Cadeia de produção agroindustrial
CPOrg-UF	Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FiBL	Instituto de Pesquisa da Agricultura Orgânica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOAM	Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica
IPD	Instituto de Promoção do Desenvolvimento
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
OAC	Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica
OPAC	Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SPG	Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SisOrg	Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica
STPOrg	Subcomissão Temática de Produção Orgânica

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 Produtos orgânicos	10
2.2 Cadeia produtiva agroindustrial	11
2.3 Cadeia produtiva de produtos orgânicos	12
3. METODOLOGIA.....	15
4. CRESCIMENTO DO SETOR DE PRODUTOS ORGÂNICOS	16
4.1 Crescimento do setor no Brasil e no mundo.....	16
4.2 Comercialização e exportação	19
5. GOVERNANÇA DAS CADEIAS PRODUTIVAS DE PRODUTOS ORGÂNICOS ..	22
5.1 Legislação.....	22
5.2 Programas Governamentais.....	26
5. CONCLUSÃO.....	31
REFERÊNCIAS	33

1. INTRODUÇÃO

Diante de um desenvolvimento e crescimento acelerado das economias mundiais, cada vez mais se discute de que forma as mudanças podem ocorrer para que os resultados se mantenham eficazes ao longo do tempo e de forma sustentável. No âmbito da agricultura, a sustentabilidade é imprescindível para a continuidade da atividade de plantação e colheita de produtos agrícolas, dado os impactos que esses processos causam no solo da área cultivada e também em outros recursos naturais envolvidos. Em busca de uma alternativa que proteja o meio ambiente, vem aumentando a produção de produtos agrícolas orgânicos, e a cada ano aumenta também os estudos sobre a importância desses produtos.

A Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM) em seu relatório anual de 2014 publicou que 170 países tiveram registros de atividades de agricultura orgânica, enquanto em 2000 o número era 86 países. Em 2014 a área cultivada foi de 78 milhões de hectares.

Outro importante fator que explica o crescimento do mercado brasileiro de produtos orgânicos é a preocupação constante com hábitos saudáveis de alimentação, devido a crença de que os produtos pertencentes a essa categoria são menos nocivos à saúde pois não utilizam agrotóxicos no processo produtivo. Segundo The Organic Center, dos Estados Unidos, o crescimento de frutas e vegetais sem o estímulo de fertilizantes químicos é lento, o que permite mais tempo para as raízes extraírem da terra nutrientes, vitaminas e antioxidantes, os quais ajudam combater os radicais livres, responsáveis pela deterioração das células do corpo humano (The Organic Center, 2012).

O objetivo geral do trabalho é fazer uma análise das cadeias produtivas de produtos orgânicos no Brasil, e com isso explicar alguns fatores que mudaram nas cadeias e contribuíram para melhorias no processo produtivo e crescimento do setor no país. Tem como objetivos específicos apontar quais leis e normas foram criadas que tiveram impacto sobre as diversas etapas do processo produtivo de orgânicos, assim como apresentar políticas públicas adotadas que contribuíram para tal crescimento. Para ilustrar o crescimento do setor de produtos orgânicos no Brasil, será feita uma análise dos resultados observados a partir dos anos 2000 quanto a comercialização (tipos de produtos e países destinados) e exportações referentes aos produtos orgânicos brasileiros. A análise será realizada a partir de dados fornecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), pela IFOAM,

Censo Agropecuário do IBGE, dentre outros órgãos nacionais e internacionais, e também de trabalhos acadêmicos desenvolvidos anteriormente.

Na parte inicial do trabalho, será feita uma abordagem sobre a definição de produtos orgânicos, a definição de cadeias produtivas e então mais especificamente sobre o funcionamento das cadeias produtivas de produtos orgânicos. Em seguida serão apresentados dados sobre as mudanças ocorridas ao longo dos anos estudados, mudanças que tiveram um efeito positivo sobre o processo produtivo. No item seguinte serão analisados os dados referentes à comercialização e exportações dos produtos em questão. Por fim, serão feitas algumas conclusões a respeito das informações transmitidas pela pesquisa, seguidas pelas referências bibliográficas utilizadas ao longo do trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Os referenciais teóricos utilizados dizem respeito à abordagem sobre produtos orgânicos e cadeia produtiva agroindustrial. Neste capítulo são apresentados separadamente os dois conceitos, seguido então do conceito específico de cadeias produtivas de produtos orgânicos.

2.1 Produtos orgânicos

O termo "orgânico" é utilizado para a definição de produtos cujo processo de cultivo não permite uso de substâncias agrotóxicas ou qualquer outro tipo de produtos químicos que possam ser nocivos à saúde do homem e/ou do meio ambiente. Adotam-se práticas de cultivo que busquem estabelecer o equilíbrio ecológico do sistema agrícola (Buainain & Batalha, 2007). Os recursos naturais aproveitados no processo produtivo tais como água e solo, por exemplo, devem ser aproveitados de maneira responsável, para que o equilíbrio do meio ambiente seja preservado e não haja consequências irreversíveis sobre os fatores de produção envolvidos no cultivo de produtos da categoria em questão.

De acordo com a Lei 10.831/2003 Art. 1º, considera-se:

Sistema orgânico de produção agropecuária é todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

A definição de Ormond (2002) bastante semelhante baseia-se no pressuposto de que a fertilidade é função direta da matéria orgânica contida no solo. Os produtos orgânicos, de acordo com os autores, têm capacidade de se desenvolverem devido aos elementos que a

própria terra fornece, podem se beneficiar das ações dos microorganismos presentes no solo, pois as substâncias minerais e químicas necessárias são supridas. Um ambiente saudável de cultivo possibilita um resultado mais satisfatório quanto à qualidade dos produtos orgânicos colhidos.

Ormond em seu trabalho apresenta um breve histórico do surgimento da agricultura orgânica e de estudos relacionados ao cultivo de produtos orgânicos. Embora ao longo do século XX alguns pesquisadores de diversas vertentes ideológicas tenham criado conceitos semelhantes tais como agricultura biológica, agricultura biodinâmica, agricultura natural, permacultura, dentre outros exemplos, somente na década de 70, na Europa, surgiu a comercialização de produtos orgânicos cuja produção é baseada nos mesmos preceitos daqueles cultivados atualmente. Foi a partir da década de 90, com a apresentação do documento 2092/91 pelo Council Regulation da CEE (Comunidade Econômica Europeia), que normas e regulamentos de produção e comercialização de produtos orgânicos possibilitaram um crescimento do movimento que vinha surgindo e maior padronização das práticas de produção adotadas (Ormond et al., 2002).

2.2 Cadeia produtiva agroindustrial

Cadeia de produção agroindustrial (CPA) é constituída por um conjunto de operações técnicas, comerciais e logísticas articuladas. Dado um encadeamento técnico e as relações comerciais envolvidas nas etapas da produção, é possível estabelecer um fluxo, de montante a jusante, entre aqueles que fornecem e aqueles que compram determinado produto (Batalha e Silva, 2001). Ao ser identificada a necessidade de certo produto no mercado, é preciso estabelecer uma ordem de produção para produzi-lo, ou seja, organizar o processo produtivo de forma que as diversas etapas de transformação da matéria-prima ocorram de maneira adequada para que o produto final chegue até o cliente. A cadeia produtiva é responsável justamente pela articulação entre as diversas etapas produtivas do processo.

Segundo Schultz et al. (2009) uma cadeia produtiva se caracteriza por ocorrer um fluxo de capital que se inicia nos consumidores finais dos produtos da cadeia e em direção ao elo final, que na produção agrícola é representada pelos fornecedores de insumos. Este fluxo é regulado pelas transações e relações contratuais formais e informais, que existem entre os indivíduos ou empresas constituintes da cadeia.

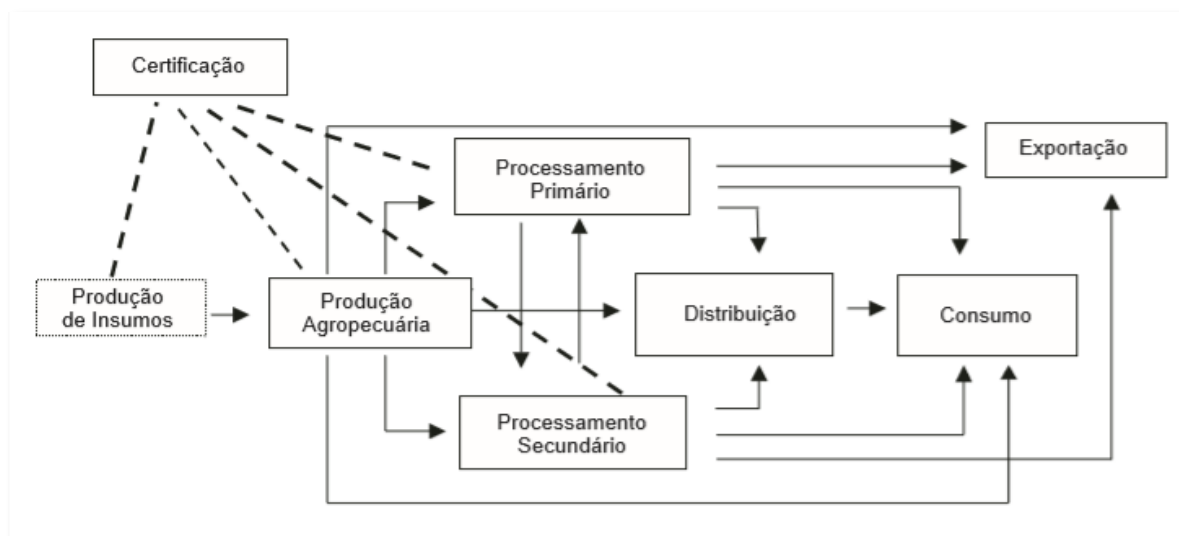
A estrutura de uma CPA pode ser segmentada basicamente em três partes: comercialização, industrialização e produção de matérias-primas. O primeiro segmento diz respeito aos agentes responsáveis pela distribuição dos produtos finais, agentes que têm relação direta com o cliente, tornando possível o consumo e o comércio desses produtos; o segundo segmento refere-se às empresas que transformam a matéria-prima em produtos finais destinados ao consumo; por fim, o terceiro segmento agrega as empresas fornecedoras de matérias-primas para empresas que dão continuidade ao processo produtivo (Batalha e Silva, 2001). Alguns autores segmentam uma cadeia de produção diferentemente, variando de acordo com o setor analisado, no entanto, normalmente apresentam em sua estrutura os três segmentos em comum.

A importância de uma cadeia produtiva bem articulada se dá pela necessidade de desenvolver técnicas de produção e melhorias tecnológicas referentes à cultura orgânica. Torna-se possível a identificação de gargalos nas diversas etapas produtivas, o que pode gerar informações importantes e assim possibilitar a intervenção, seja ela privada ou pública, com o intuito de corrigir distorções no setor e de elevar a qualidade tanto dos produtos orgânicos produzidos assim como do próprio processo produtivo (Vilela et al., 2006).

2.3 Cadeia produtiva de produtos orgânicos

As etapas envolvidas no processo produtivo de produtos orgânicos são mais específicas que aquelas apresentadas no item anterior. No trabalho de Ormond et al., (2002), e presente também no trabalho de Fernandes e Karnopp (2014), estão os segmentos da cadeia produtiva de orgânicos, conforme o esquema a seguir:

Figura 1 - Esquema da cadeia produtiva de produtos orgânicos



Fonte: Ormond (2002)

Num outro estudo realizado pelo Embrapa (Vilela et al., 2006), são apontados apenas cinco segmentos como componente das cadeias produtivas de orgânicos: (a) produção de insumos; (b) produção e processamento primário; (c) distribuição; (d) certificação; (e) consumo. O modelo proposto por Ormond foi escolhido, no entanto, por seu maior detalhamento e quantidade de informações.

O primeiro segmento proposto pela divisão de Ormond é a produção de insumos e baseia-se na produção de mudas, sementes, adubos, fertilizantes, controladores de pragas e doenças, defensivos, embalagens e outros itens necessários à produção de produtos orgânicos. A maior parte dos agentes envolvidos consiste em pequenos produtores e/ou empresas dedicados exclusivamente a esse setor.

O segundo segmento, produção agropecuária, é composto por proprietários rurais e empresas agropecuárias. As empresas dedicam-se a produção de *commodities* e são verticalizadas, enquanto os pequenos proprietários, em geral, são ligados a associações de produtores, cooperativas ou empresas de processamento, responsáveis pela comercialização.

O processamento primário, terceiro segmento consiste na coleta da produção regional, seleção, higienização, padronização e distribuição de produtos a serem consumidos *in natura*, etapas que são realizadas por empresas, cooperativas ou associações de produtores responsáveis pelo transporte e comercialização da produção. Normalmente as empresas fornecem também insumos e assistência técnica, reproduzindo, em parte, o processo de integração de outras cadeias produtivas agroalimentares.

Processamento secundário é o segmento seguinte, composto por indústrias diversificadas, desde tradicionais indústrias de alimentos a pequenas indústrias, algumas quase artesanais. A dedicação a essa atividade pode ser integral ou não, as indústrias podem ou não também ter linhas de produção específicas para processar orgânicos. O mais comum, dado uma produção verticalizada, é a própria indústria dispor da matéria-prima, no entanto, é possível captar de produtores ou processadores primários. Há rigorosas barreiras à entrada nesse segmento, tendo em vista que todos os produtos e aditivos utilizados precisam ser orgânicos e as linhas de produção limpas para evitar contaminações caso não sejam exclusivas à produção de orgânicos.

Na distribuição, quinta etapa, o agente envolvido é responsável pela comercialização dos produtos submetidos ao processamento anterior. Envolve principalmente lojas de produtos naturais especializadas e supermercados, as quais detêm conhecimento maior das preferências do consumidor e da quantidade demandada pelo mercado.

No sexto segmento, denominado consumo, estão incluídos além dos consumidores finais, os consumidores institucionais, por exemplo, os restaurantes, as lanchonetes e empresas, os quais exercem importante influência sobre a preferência do consumidor final, embora não a determinem.

Por fim, na certificação os agentes envolvidos são responsáveis por garantir credibilidade aos produtos recebidos por distribuidores e consumidores. A certificação é um diferencial da cadeia produtiva de orgânicos em relação às demais cadeias agroalimentares. De acordo com o Ministério da Agricultura os agricultores familiares são os únicos autorizados a realizar vendas diretas ao consumidor sem certificação, desde que integrem alguma organização de controle social cadastrada nos órgãos fiscalizadores.

3. METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos desse trabalho, o método de pesquisa adotado é de caráter descritivo analítico. Um dos objetivos é a descrição e interpretação das informações referentes às características dos produtos orgânicos e suas cadeias produtivas.

Através dos dados colhidos serão analisados avanços pelos quais as cadeias produtivas passaram que contribuíram para o crescimento do setor de produtos orgânicos no Brasil. Ao longo dos anos selecionados para o estudo algumas políticas públicas foram adotadas, as quais contribuíram para o crescimento do setor no país. Essas políticas serão apontadas, juntamente às leis e normas criadas que impactaram em diversas etapas do processo produtivo.

Para ilustrar o crescimento do setor de produtos orgânicos no Brasil, será feita uma análise dos resultados observados a partir dos anos 2000 quanto à comercialização (tipos de produtos, países destinados) e exportações referentes aos produtos orgânicos brasileiros. Serão apresentados dados referentes às relações de exportação do Brasil com países previamente selecionados, a serem apontados mais adiante, países estes que têm maior representatividade no mercado internacional de produtos orgânicos.

Quanto à coleta de dados, as fontes utilizadas na pesquisa são secundárias, ou seja, não foram obtidas através de pesquisa em campo e sim de materiais que estão disponíveis em livros, artigos científicos publicados, dentre outros materiais bibliográficos. A análise será realizada a partir de dados fornecidos pelo MAPA, pela IFOAM, Embrapa, Censo Agropecuário do IBGE, dentre outros órgãos nacionais e internacionais.

Das fontes bibliográficas utilizadas, em nenhuma foram encontrados dados específicos referentes ao crescimento do setor de produtos orgânicos em ordem cronológica. Na grande maioria das informações disponibilizadas a respeito da produção ou exportação de produtos orgânicos, os dados referem-se a produtos agrícolas de maneira geral, ou seja, não é especificado que parcela desses produtos é produzida conforme a regulamentação orgânica. No presente trabalho, portanto, a partir dos dados coletados, tentou-se estabelecer uma ordem de apresentação que tornasse perceptível o crescimento do setor analisado.

4. CRESCIMENTO DO SETOR DE PRODUTOS ORGÂNICOS

Neste item serão apresentadas informações a respeito da dimensão que o setor de produtos orgânicos vem tomando a partir dos anos 2000. Constam dados referentes ao crescimento do mercado mundial de orgânicos, da área destinada ao cultivo, de comercialização e exportação dos produtos brasileiros, dentre outros.

4.1 Crescimento do setor no Brasil e no mundo

Atualmente cada vez mais questões envolvendo a sustentabilidade do meio ambiente vêm sendo discutidas. A agricultura convencional, embora tenha proporcionado aumentos significativos de produtividade dos cultivos e também maior rentabilidade, traz sérios questionamentos associados a problemas ecológicos e socioambientais. À medida que a produção aumenta, crescem também os impactos do processo de exploração, como por exemplo, a degradação do meio ambiente, problemas de saúde dos agricultores e consumidores e também a erosão genética, com perda de variedades crioulas. Observa-se uma dependência crescente de combustíveis fósseis e uso intensivo de fertilizantes químicos e agrotóxicos, e também baixa eficiência energética (Darolt et al. 2012). Fernandes e Karnopp (2014) compartilham essa opinião, também ressaltam as graves consequências que a agricultura convencional exerce sobre o meio ambiente, a saúde dos consumidores e a qualidade dos alimentos.

Diante dessa discussão sobre o modo de cultivar a terra, Karnopp (2005, p.242) argumenta:

O cultivo orgânico se utiliza dos elementos naturais disponíveis nas propriedades e os combina com novas percepções. Assim concebe-se uma nova forma orientada e moderna de fazer agricultura em sintonia com a natureza. É notável que o cultivo orgânico tenha aumentado tão consideravelmente nos últimos anos. Este fato parece ser um indício de que as vantagens do sistema orgânico (sustentável) estão ficando sempre mais evidentes.

Em busca de uma forma alternativa de produção, uma menos prejudicial ao meio ambiente e também à saúde do ser humano, o cultivo de produtos orgânicos se tornou uma

proposta atraente tanto para agricultores interessados num novo nicho de mercado quanto para os consumidores preocupados com hábitos mais saudáveis de alimentação.

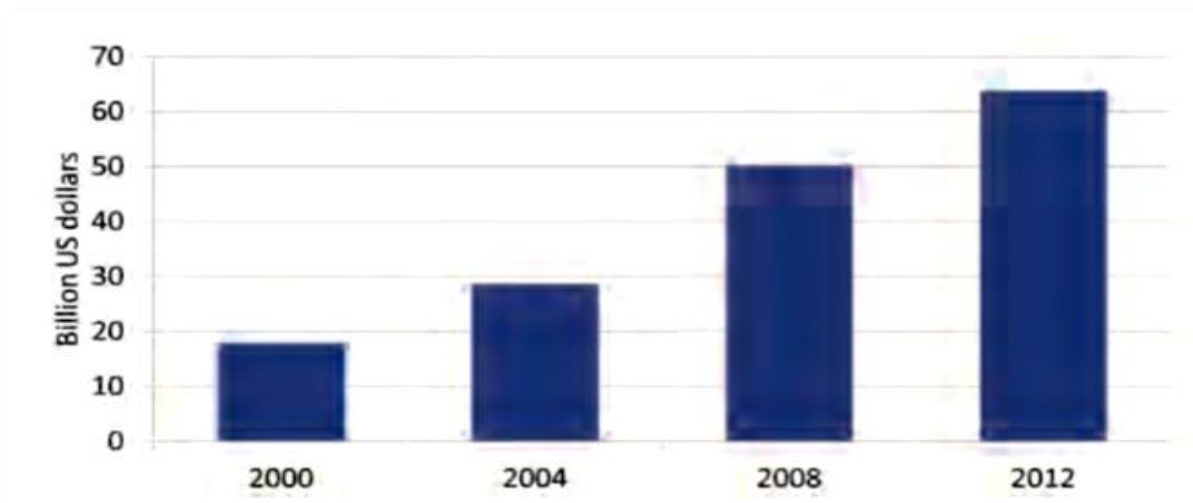
Segundo Buainain e Batalha (2007), entre os principais fatores de motivação dos consumidores para comprar produtos orgânicos estão: a saúde pessoal e da família, a não-utilização de agroquímicos nos produtos, do valor biológico, do sabor e do aroma e também da preocupação com o meio ambiente.

Analisando o crescimento do setor pela perspectiva do número de países envolvidos na atividade orgânica, a IFOAM em seu relatório anual de 2014 publicou que 170 países tiveram registros de atividades de agricultura orgânica, enquanto em 2000 o número era de 86 países. Dentre os países que registraram atividades de agricultura orgânica em 2014, os que mais se destacaram foram: a Índia, com o maior número de produtores orgânicos (aproximadamente 650 mil produtores); a Austrália, com a maior área de terras destinadas a agricultura orgânica, de 17,2 milhões de hectares; e os Estados Unidos com o maior mercado consumidor do mundo, de acordo como relatório movimentou cerca de 24,3 bilhões de euros em 2014¹. A Ásia é o continente com a maior parcela na produção (cerca de 34% dos produtores mundiais de orgânicos), seguida pela África (30%) e a América Latina (18%) (IFOAM, 2014).

Do ponto de vista de tamanho de mercado, há um crescimento saudável do mercado mundial de produtos orgânicos. Observando o gráfico abaixo, percebe-se que o valor movimentado em 2000 era de aproximadamente 20 bilhões de dólares, enquanto em 2012 o valor passou a ser um pouco mais que o triplo, cerca de 64 bilhões de dólares.

¹ Não há no relatório valores correspondentes em dólares para o dado citado quanto ao valor movimentado.

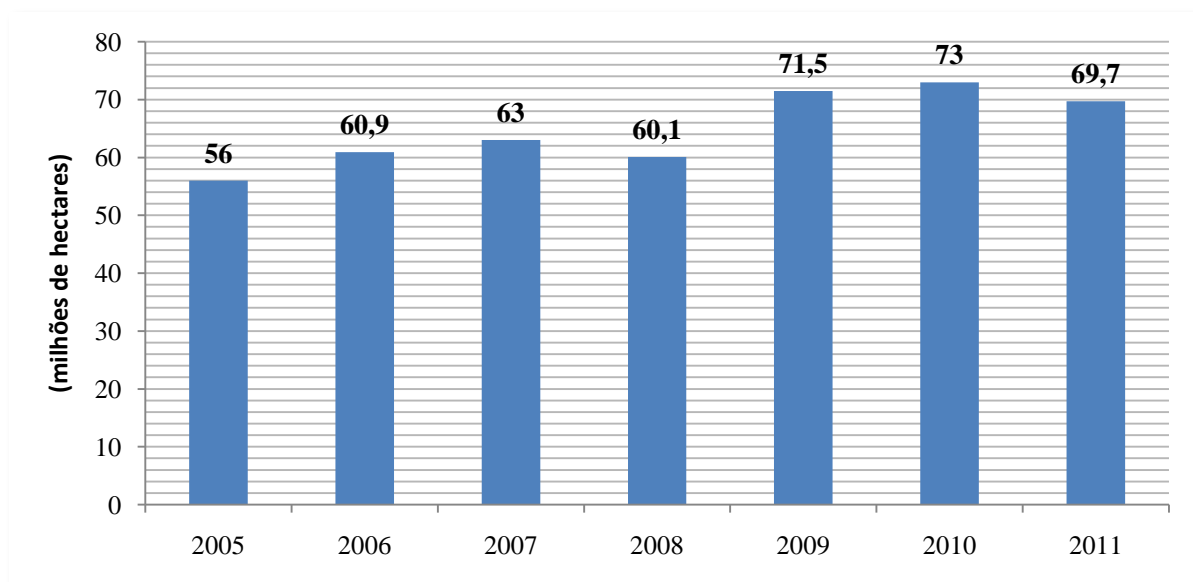
Figura 2 - Mercado Global de Alimento e Bebida Orgânica, 2000-2012



Fonte: Organic Monitor (2014)²

No que diz respeito à área total de cultivo no mundo, se pode observar no gráfico abaixo a evolução da área destinada à produção agrícola orgânica, de 2005 a 2011. Em 2014 a área cultivada foi de 78 milhões de hectares (IFOAM, 2014).

Figura 3 - Área destinada à produção agrícola orgânica mundial, 2005-2011



Fonte: Relatório Anual Consolidado IFOAM, 2012

Assim como no restante do mundo, o Brasil também apresenta um ritmo de crescimento no setor de orgânicos. A área destinada ao cultivo de produtos orgânicos estimada em 1999 foi de 1,23 milhões de hectare. Em 2009, os dados apresentados pela

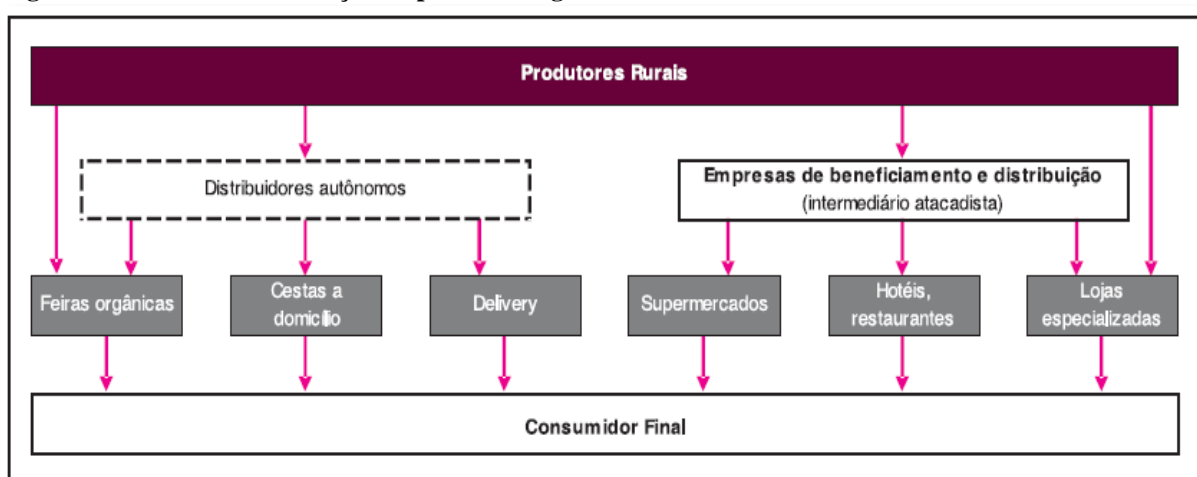
² Fonte citada no *The World of Organic Agriculture*, FiBL & IFOAM (2014).

IFOAM mostravam que o Brasil possuía uma área de 1,77 milhões de hectares e em 2012 a área total de produção chegou a aproximadamente 3,7 milhões de hectares, o que representa um crescimento de 300% entre os anos de 1999 e 2012. Percebe-se que o crescimento, conforme esses dados, foi mais significativo nos três últimos anos, quando a área de produção cresceu mais que o dobro³.

4.2 Comercialização e exportação

De acordo com Vilela et al. (2006), até meados dos anos 90 as feiras e lojas de produtos naturais eram as únicas responsáveis pela comercialização de produtos orgânicos, devido principalmente à pequena quantidade que era produzida e a proximidade entre os produtores e os consumidores. A distância entre a unidade produtora e o ponto de venda, assim como o volume reduzido da produção, significavam dificuldades operacionais e custos financeiros que puderam ser superados com apoio de ações coletivas. No início dos anos 2000, novos canais de distribuição foram surgindo, tais como associações e cooperativas, possibilitando maior difusão e comercialização dos produtos (Buainain e Batalha, 2007). No esquema apresentado abaixo se pode observar uma possível estrutura dos canais de distribuição de produtos orgânicos:

Figura 4 - Canais de distribuição de produtos orgânicos



Fonte: Alcântara e Souza (2005) citado em Buainain e Batalha (2007)

³ De acordo com divulgação da IFOAM, ocorrida na 9ª edição do Fórum Internacional de Agricultura Orgânica e Sustentável em 2013, em São Paulo. Disponível no trabalho de Fernandes e Karnopp "A agricultura familiar e a cadeia produtiva de alimentos orgânicos: conquistas" de 2014, publicado na Revista de Desenvolvimento Econômico de Salvador, Bahia.

Atualmente, grandes redes de supermercados, como o Grupo Pão de Açúcar, o Carrefour e Walmart, são os grandes distribuidores de produtos orgânicos no Brasil. Segundo relatório do Instituto de Produção do Desenvolvimento (IPD, 2011), a venda dos produtos por meio das redes de supermercados chega a 77%, o que indica uma alta concentração do canal de distribuição quando comparado a outros países, como os Estados Unidos (31%), Alemanha (26%) e Suíça (57%), por exemplo. Dados contidos no relatório apontam que em 2010 as vendas de produtos orgânicos das redes aumentaram 5% em valor e 7% em volume, em relação ao ano anterior.

O crescimento se deu também no investimento das redes anteriormente citadas em marcas próprias e específicas de produtos orgânicos, fazendo com que tivesse uma ampla aceitação e confiança dos consumidores brasileiros, devido a capacidade de oferecer produtos de alta qualidade e preços mais baixos.

Uma outra organização varejista importante para o mercado de produtos orgânicos no Brasil, que também atua em outros países da América Latina, é a Mundo Verde, a qual conta com 314 lojas no Brasil. Embora tenha importância para o mercado de orgânicos, cerca de 150 mil pessoas visitam a loja diariamente, não é possível mensurar o impacto da rede individualmente, pois oferece outros produtos de caráter não orgânico, como diet, light, integrais, funcionais, sem glúten e sem lactose, complementos alimentares e suplementos para atletas, dentre outros (Mundo Verde, 2015).

Dentre os principais produtos orgânicos cultivados no Brasil, destacam-se produtos in natura e processados da soja, açúcar e arroz, os quais têm origem na lavoura temporária, do café e do cacau, com origem na lavoura permanente, e os provenientes da pecuária e da criação de pequenos animais, como carnes, leite e derivados e mel, e do extrativismo, principalmente palmito, produtos estes que compõem cerca de 60% da produção orgânica exportada para os Estados Unidos, Japão, e União Europeia (Alemanha, Reino Unido, Itália, França, Suíça, por exemplo) principalmente, e outros 30 países. O Brasil ocupa o primeiro lugar da lista de maiores produtores de café orgânico do mundo, sendo a área de produção de 2,1 milhões de hectares, seguido pela Indonésia (1,2 milhão de hectare)⁴.

Enquanto os Estados Unidos e Europa têm os maiores mercados consumidores de produtos dessa categoria no mundo, na América Latina o país com maior número de consumidores de alimentos e bebidas orgânicas é o Brasil, seguido pela Argentina. Muitos

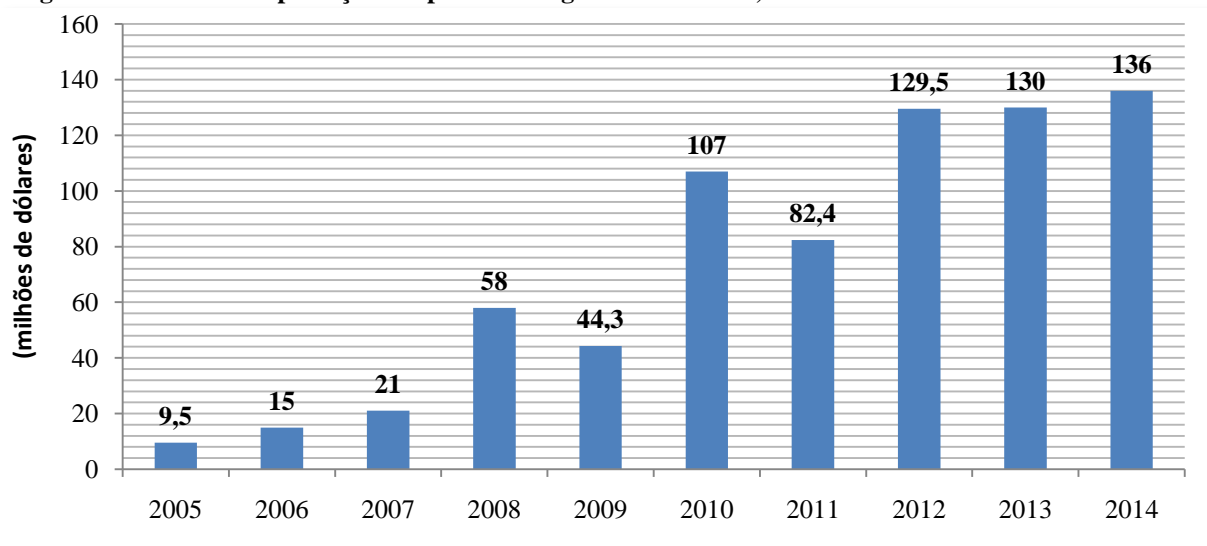
⁴ Informações apresentadas no Censo Agropecuário de 2006.

produtores brasileiros atualmente estão mudando o destino de suas produções, focando mais o abastecimento do mercado interno que em exportar seus produtos (FiBL & IFOAM, 2014).

Em 2014, estima-se que a agricultura orgânica tenha movimentado cerca de R\$ 2 bilhões e a expectativa é que em 2016 este número alcance R\$ 2,5 bilhões, segundo notícia publicada no Planeta Orgânico. É esperado que o mercado nacional de orgânicos cresça entre 20% e 30% no próximo ano⁵.

Em relação às exportações de produtos orgânicos brasileiros, o ano de 2014 registrou o maior valor para o setor. Segundo balanço divulgado pelo Projeto Organics Brasil, uma base institucional criada para fortalecer o setor brasileiro de orgânicos e viabilizar sua expansão no mercado internacional, a exportação nacional fechou um valor de 136 milhões de dólares. Abaixo se pode observar o crescimento dos valores obtidos ao longo dos anos 2005-2014:

Figura 5 - Valor das exportações de produtos orgânicos no Brasil, 2005-2014



Elaboração: Autor, com base nos dados fornecidos pelo Organics Brasil⁶

De acordo com Ming Liu, coordenador executivo do Organics Brasil, o crescimento das exportações, embora tenha sido significativo para o país, ainda é pequeno diante do valor do mercado mundial de orgânicos, de 64 bilhões de dólares registrados em 2014. O coordenador afirma que o Brasil tem um grande potencial de crescimento e que o projeto objetiva estimular cada vez mais o setor (Organics Brasil, 2015).

⁵ Notícia disponível em <<http://planetaorganico.com.br/site/index.php/mercado-brasileiro-de-organicos-deve-movimentar-r-25-bi-em-2016/?s=podesta>>, acesso em novembro de 2015.

⁶ Os dados coincidem com valores oficiais do SECEX (Secretaria de Comércio Exterior) publicados em outros trabalhos. No entanto, dado a dificuldade de obter informações específicas nos referidos órgãos, se fez necessária a elaboração do gráfico.

Batalha (2007) apontou que apenas 10% do total de produtores orgânicos encarregavam-se pela produção voltada para a exportação, os 90% restante era composto por pequenos e médios produtores, os quais atuavam basicamente no mercado interno. O autor identificou como problema ou barreira para as exportações brasileiras: (1) a falta de disponibilidade de suprimento regular de produtos por parte dos exportadores. No mercado internacional somente grande volumes são aceitos, o que dificulta, ou até mesmo impossibilita a exportação dos pequenos e médios produtores individualmente; (2) dificuldade de acesso a financiamentos e subsídios agrícolas, a qual acarreta, dentre outros problemas, a falta ou baixa qualidade de estruturas de armazenamento e transporte dos produtos (3).

5. GOVERNANÇA DAS CADEIAS PRODUTIVAS DE PRODUTOS ORGÂNICOS

Neste item serão apresentados dados e informações que ajudam a esclarecer alguns dos motivos que tornaram possível o crescimento do setor de produtos orgânicos no Brasil. Houve alterações na legislação e também ações e projetos governamentais voltados para a promoção do desenvolvimento agrícola e da produção orgânica, especificamente. Sabe-se que há ainda muitos entraves a serem resolvidos no que diz respeito à produção orgânica, no entanto, tais mudanças impactaram positivamente o processo produtivo, portanto serão tratadas adiante.

5.1 Legislação

Com o crescimento do setor de produtos orgânicos, ao longo dos anos foi se fazendo necessária a criação e/ou regulamentação de leis que tratassem do funcionamento do sistema de produção orgânica. Era preciso uma adequação das normas de produção e controle da qualidade orgânica. De acordo com o MAPA, a cultura e comercialização dos produtos orgânicos no Brasil foram aprovadas pela Lei 10.831 de dezembro de 2003 (Brasil, 2003), a qual foi responsável pela consolidação do termo "Agricultura Orgânica" no país. Sua regulamentação, no entanto, ocorreu apenas em dezembro de 2007 com a publicação do

Decreto Nº 6.323. A legislação inclui a produção, a certificação, a comercialização, a fiscalização e exportação dos produtos orgânicos dentre outros tópicos.

Da produção, o decreto nº 6.323 dispõe no art. 6º sobre o período de conversão da área a ser cultivada, caso haja transferência da agricultura convencional para a agricultura orgânica. O período de conversão pode variar de acordo com o tipo de exploração e a utilização anterior da unidade de produção. Quanto à produção paralela, o processamento dos produtos orgânicos deve ser realizado de forma totalmente isolada dos produtos não orgânicos, no espaço ou no tempo.

Quanto à comercialização, os produtos orgânicos deverão ser protegidos continuamente para que não se misturem com produtos não orgânicos e não tenham contato com materiais e substâncias cujo uso não esteja autorizado. Restaurantes, hotéis, lanchonetes e similares devem manter, à disposição dos consumidores, lista atualizada dos itens orgânicos ofertados e apresentar, quando solicitado pelos órgãos fiscalizadores, informações sobre seus fornecedores, as quantidades adquiridas e as quantidades comercializadas de produtos orgânicos. No momento da venda direta de produtos orgânicos aos consumidores, os agricultores familiares deverão manter disponível o comprovante de cadastro junto ao órgão fiscalizador.

Referente à certificação, no art. 29 fica instituído o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg), identificado por um selo único em todo território nacional e integrado por órgãos e entidades da administração pública federal e pelos organismos de avaliação da conformidade, credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Há três mecanismos pelos quais o produtor orgânico deve estar certificado: Certificação por auditoria, em que o selo SisOrg é concedido por uma certificadora pública ou privada; Sistema participativo de garantia, caracterizado pela responsabilidade coletiva dos membros do sistema, que podem ser produtores, consumidores e técnicos; e o Controle social na venda direta, em que agricultores familiares não precisam obrigatoriamente de certificação do produto, devem no entanto serem credenciados numa organização de controle social cadastrado em órgão fiscalizador oficial.

Segundo o Ministério da Agricultura, o número de produtores que trabalhavam segundo as diretrizes dos sistemas orgânicos de produção, tinham portanto certificação, em 2013 chegou a 5,5 mil. Em 2014, o crescimento desse número se deu em 22% em relação ao

ano anterior, com 6.719 produtores no Brasil⁷. Dados mais atuais informam que a quantidade de produtores orgânicos aumentou 51,7% em janeiro de 2015 (total de 10.194), se comparados ao mesmo período de 2014 (MAPA, 2015).

No art. 58 do decreto, fica estabelecido que a inspeção e a fiscalização serão realizadas em unidades de produção, estabelecimentos comerciais e industriais, cooperativas, órgãos públicos, portos, aeroportos, postos de fronteira, veículos ou meios de transporte e outros ambientes quaisquer onde se verifique a produção, beneficiamento, manipulação, industrialização, embalagem, acondicionamento, transporte, distribuição, comércio, armazenamento, importação e exportação de produtos orgânicos. Quando solicitados pelos órgãos fiscalizadores, os produtores e demais envolvidos no processo produtivo são obrigados a prestar informações e esclarecimentos sobre os produtos e processos de transformação, armazenamento, distribuição e comércio, assim como fornecer documentos e facilitar a colheita de amostras.

Referente à exportação, no art. 18 consta que não poderão ser comercializados como orgânicos, no mercado interno, os produtos destinados à exportação em que o atendimento de exigências do país de destino ou do importador implique a utilização de produtos ou processos proibidos na regulamentação brasileira. No que diz respeito à importação, os produtos a serem importados devem possuir certificação concedida por organismo credenciado de avaliação da conformidade orgânica ou ser proveniente de país que possua acordo de equivalência ou de reconhecimento de sistemas de avaliação da conformidade orgânica com o Brasil.

Quanto ao desempenho da Lei 10.831/03, Leite (2013) afirma que o enfoque foi mais regulatório que fomentador da produção orgânica. Embora o estabelecimento de normas e mecanismos de controle eficientes sejam instrumentos importantes para que o mercado de orgânicos cresça de forma ordenada, não são suficientes para promover a transição agroecológica de maneira perceptível no campo e nos camponeses.

O autor cita Caporal (2008), o qual define transição agroecológica como o processo gradual e contínuo de passagem de um modelo agroquímico de produção e outros sistemas degradantes do meio ambiente a um modelo de agricultura que incorpore métodos de base mais sustentável. Essa transição, no entanto, se trata de um processo social, pois depende da

⁷ O número pode variar dependendo da fonte, pois há o número de produtores certificados junto ao MAPA e os não certificados, os quais no Censo Agropecuário de 2006 representavam mais de 90% do total.

intervenção do homem, busca não somente uma racionalização econômico-produtiva, mas também uma mudança nas atitudes e valores dos atores, seja na conservação dos recursos naturais ou em suas relações sociais.

A dificuldade de obtenção de crédito para a transição agroecológica vem causando a desistência de muitos agricultores que não conseguem superar o período de conversão. Os agricultores não apenas recebem conhecimento e informações trazidos pelos técnicos, eles também são capazes de desenvolver inovações que possam promover as melhores práticas possíveis que serão experimentadas e adaptadas para cada situação específica vivenciada pelos produtores, e para isso precisam de apoio (Leite, 2013). O autor aponta os Sistemas Participativos de Garantia (SPGs) como um meio pelo qual os produtores podem ter seus conhecimentos e técnicas bem sucedidos compartilhados. As visitas realizadas às propriedades rurais nos SPGs ajudam a promover e valorizar o trabalho dos agricultores através de uma maior interação entre eles.

Em relação à Instrução Normativa nº 18, de maio de 2009, as determinações observadas foram sobre as etapas de processamento e distribuição das cadeias produtivas de orgânicos, segundo o modelo proposto por Ormond e apresentado no item dois do trabalho. Ficou estabelecido a respeito do processamento: (a) os produtos orgânicos deverão ser processados separadamente, em áreas físicas ou momentos distintos, dos não orgânicos; (b) serão proibidos o emprego de radiações ionizantes, emissão de microondas e nanotecnologia em qualquer etapa produtiva; (c) os ingredientes utilizados no processamento de produtos orgânicos deverão ser provenientes de produção oriunda do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica; (d) é proibido o uso de organismos geneticamente modificados, dentre outras disposições. Quanto ao armazenamento e distribuição, no art. 18 consta que durante o armazenamento e o transporte, os produtos orgânicos deverão ser devidamente acondicionados, identificados, assegurando sua separação dos produtos não-orgânicos e que o produto a granel deverá ser armazenado em áreas separadas e identificadas e transportado isoladamente.

A Instrução Normativa nº 19 de 28 maio de 2009 dispõe sobre os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica, impactando a etapa de certificação dos produtos orgânicos. Na instrução são feitas considerações a respeito de:

1. Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos: base de dados com informações relativas aos produtores orgânicos em conformidade com a regulamentação brasileira para a produção orgânica;
2. Certificado de Conformidade Orgânica: documento emitido por organismo de avaliação da conformidade orgânica que autoriza o uso do selo SisOrg;
3. Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC): instituição que avalia, verifica e atesta que produtos ou estabelecimentos produtores ou comerciais atendem o disposto no regulamento da produção orgânica;
4. Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC): organização que assume a responsabilidade formal pelo conjunto de atividades desenvolvidas num Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica (SPG)

Por fim a Instrução Normativa nº 13, 28 de maio de 2015, tendo como interesse o desenvolvimento da produção orgânica estabelece a Subcomissão Temática de Produção Orgânica (STPOrg) e as Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação (CPOrg-UF), as quais têm como finalidade auxiliar nas ações necessárias ao desenvolvimento da produção orgânica, com base na integração entre os agentes da rede produtiva dos setores público e privado e na participação da sociedade no planejamento e gestão das políticas públicas. Os membros do setor público nas CPOrg-UF sempre que possível representarão órgãos ou entidades com atuações nos diferentes segmentos, como assistência técnica, ensino, fomento, pesquisa, logística, abastecimento e fiscalização. Os membros do setor privado nas CPOrg-UF representarão segmentos como produção, processamento, comercialização, assistência técnica, avaliação da conformidade, ensino, produção de insumos, mobilização social e defesa do consumidor. Na instrução consta as demais atribuições de cada CPOrg.

5.2 Programas Governamentais

As significativas taxas de crescimento do mercado, assim como o crescimento da produção orgânica no Brasil, podem ser explicadas também a partir do estabelecimento de diversas relações institucionais e de políticas públicas de apoio e promoção a este segmento do agronegócio brasileiro (Schultz, 2009). Segundo Batalha (2007), embora muito importantes para explicar este crescimento, o estabelecimento do marco regulatório e o apoio

à certificação não foram os únicos elementos responsáveis pela dinamização desse processo. Políticas como incentivo à pesquisa, extensão, assistência técnica, capacitação, comercialização e informação aos consumidores, sejam elas públicas e/ou privadas, também ajudam a explicar o crescimento da produção, da comercialização e do consumo.

Os dois primeiros programas apresentados a seguir foram criados com objetivo de beneficiar a produção de produtos orgânicos especificamente. Os dois últimos programas também impactaram positivamente o setor, no entanto, de forma indireta, através dos agricultores familiares, por exemplo. É sabido que grande parcela da produção de orgânicos é obtida através da agricultura familiar, mas essa não é a única a produzir produtos dessa categoria.

- Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica 2013-2015 (Planapo)

O Plano foi elaborado pela Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO), a qual conta com dez ministérios parceiros. O público que o plano objetiva atender são os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais assim como micro e pequenos empreendimentos rurais. Tem como objetivo *"integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população"*⁸.

Entre as metas previstas estão: (1) ampliar o número de produtores com acesso a crédito de custeio e investimento adequados à produção orgânica; (2) apoiar pelo menos 30 redes voltadas ao funcionamento e fortalecimento da produção, processamento, certificação e comercialização de produtos orgânicos; (3) criar e/ou melhorar regulamentos técnicos e realizar projetos que visem facilitar e estimular a produção orgânica; (4) aumentar a oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para 75 mil famílias, com 50% de participação das mulheres rurais; (5) fortalecer rede de pesquisa com disponibilização de tecnologias para jovens rurais; (6) implementar infraestrutura de bancos e casas de sementes comunitárias, dentre outros (CIAPO, 2013).

⁸ Decreto nº 7.794 de agosto de 2012.

Ainda em fase de implementação, não é possível analisar os resultados e identificar possíveis entraves, a esperança é de que sejam promovidas mudanças estruturais que contribuam para a vida dos pequenos e médio agricultores envolvidos na produção de produtos orgânicos. O plano prevê um investimento de R\$ 8,8 bilhões até o término de 2015, distribuídos entre ações de diversos órgãos e entidades do governo federal (Leite, 2013).

- Organics Brasil

É um programa de promoção internacional dos produtores orgânicos sustentáveis, fomentado pela Apex-Brasil, Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, sendo o IPD, Instituto de Promoção do Desenvolvimento responsável pela direção executiva. O objetivo principal do programa é estimular o comércio internacional de produtos orgânicos, potencializando a divulgação das qualidades do setor brasileiro. Agricultores, produtores e processadores de produtos orgânicos certificados encontram no Organics Brasil um importante canal de negócios, com espaço nas principais feiras de produtos orgânicos ao redor do mundo, também encontra estratégias de visibilidade comercial para a produção brasileira (Organics Brasil, 2015).

O Organics Brasil, desde sua criação em 2005, realiza um trabalho de divulgação do setor de produtos orgânicos brasileiros, é uma referência entre os clientes internacionais. É responsável por unir informações setoriais e pesquisas, agregar conhecimento sobre clientes preferenciais, preços, condições da oferta e demanda, atrativos e oportunidades para o setor no país. Conta com 74 empresas associadas, as quais pertencem aos segmentos de alimentos, bebidas, matérias-primas, ingredientes, têxtil, cosméticos, certificadoras e serviços (Brazil Export Magazine, 2013).

Na BioFach realizada em Nuremberg (Alemanha) em 2012, maior feira mundial de negócios do setor de orgânicos, o Organics Brasil participou com dez empresas expositoras e nove cooperativas ligadas ao Ministério da Agricultura, proporcionando uma expectativa de negócios em torno de US\$ 40 milhões para os meses seguintes e interesse de novos mercados para negociar, como a Rússia, Coreia do Sul e países do Leste Europeu.

- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696 de julho de 2003, é um instrumento de política pública coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para atingir tais objetivos, o PAA baseia-se na compra de alimentos produzidos por agricultores familiares, buscando fortalecer as redes de comercialização, e na distribuição desses alimentos às pessoas que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Através do PAA são adquiridos os alimentos, isentos de licitação e por preços que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, e então é pago até 30% a mais pelo produto orgânico fornecido pelo produtor da agricultura familiar ou suas organizações (IPD, 2011).

O Programa aplicou por meio das modalidades operadas pela CONAB⁹, R\$ 32,5 milhões na aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos entre 2009 e 2012, com incremento médio anual das aquisições em torno de 0,4% ao ano. Em 2012, o valor total das aquisições desses produtos alcançou 2,15% do total de aquisições do Programa (CIAPO, 2013).

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

O programa é incorporado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e foi criado em 1996. É responsável pelo financiamento de projetos individuais ou coletivos que visam gerar renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Tem por objetivo fortalecer atividades do agricultor familiar, integrá-lo à cadeia do agronegócio, aumentar sua renda, melhorar o uso da mão de obra familiar e agregar valor ao produto e à propriedade. Os financiamentos se dão com as mais baixas taxas de juros, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do país.

Podem se beneficiar do programa os agricultores e produtores rurais mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf válida. O financiamento pode ser destinado a: (a) custeio da safra; (b) investimento na atividade agroindustrial, seja

⁹ A Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), empresa pública vinculada ao MAPA, é responsável por gerir as políticas agrícolas e de abastecimento. São cinco as modalidades praticadas: Doação Simultânea, Compra Direta, Formação de Estoques, PAA Leite e Compra Institucional.

investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção; e (c) capitalização de cooperativas de produção agropecuárias. As condições de acesso ao Crédito Pronaf, formas de pagamento e taxas de juros correspondentes a cada linha são definidas anualmente, a cada Plano Safra da Agricultura Familiar.

O Pronaf é uma das mais importantes políticas públicas que envolvem o meio rural do Brasil, principalmente porque está presente na maioria dos municípios do país, além de ter possibilitado maior facilidade de acesso ao crédito por parte de um público que até então tinha diversas restrições a recursos. No entanto, há autores que não se mostram tão favoráveis. Guanzioli (2007) aponta em seu trabalho alguns fatores negativos observados nas pesquisas que utilizou como referência, tais como: (1) falta ou baixa qualidade de assistência técnica prestada aos pequenos agricultores, frequentemente os agricultores têm dificuldades para devolver os empréstimos, pois há casos em que a aplicação dos recursos não se deu de forma eficiente; (2) dificuldades no gerenciamento dos recursos de crédito, os pequenos agricultores muitas vezes não utilizam os recursos integralmente na produção pois têm outras necessidades no curto prazo; (3) falta de visão sistêmica dos técnicos, existem divergências entre a avaliação feita pelos técnicos e a prática dos agricultores; (4) falta de integração nos mercados, de estrutura de comercialização e de agregação de valor, muitas vezes a produção e a produtividade aumenta, mas os preços caem. O ganho de produtividade é captado pelos intermediários financeiros e comerciais.

5. CONCLUSÃO

A expansão do setor de orgânicos está associada, em grande parte, ao aumento de custos da agricultura convencional, à degradação do meio ambiente e à crescente exigência dos consumidores por produtos considerados saudáveis, livres de substâncias químicas ou modificados geneticamente.

O setor de produtos orgânicos cresce a cada ano no mundo e no Brasil, mais países estão aderindo a esse modelo alternativo de produção agrícola, mais produtores estão buscando um espaço no mercado e o número de consumidores também vem aumentando. Os clientes fiéis dessa linha de produtos, consumidores situados numa faixa mais elevada de renda, não estão dispostos a abdicar de seus hábitos saudáveis adquiridos, o que reflete em maior segurança aos agentes envolvidos na agricultura orgânica quanto à demanda pelos produtos.

Percebe-se no Brasil a relevância das grandes redes de supermercado para a divulgação e distribuição dos produtos orgânicos. As grandes varejistas brasileiras apresentadas no trabalho, com suas linhas próprias de produtos representam uma significativa parcela da comercialização de orgânicos no Brasil, devido principalmente por disponibilizarem os produtos por preços mais baixo que as pequenas feiras.

Quanto ao desenvolvimento do setor no Brasil, ao longo do trabalho foram observados alguns entraves que o processo de produção de orgânicos enfrenta em relação a países mais desenvolvidos. Estudar o desempenho do setor em outros países não foi o objetivo do trabalho, mas tentou-se esclarecer as mudanças que houve internamente e o que ainda precisa melhorar. Embora haja meios de divulgação da qualidade dos produtos brasileiros e a produção vem crescendo, Batalha (2007) afirma que os custos de conversão da agricultura convencional e de certificação são dois dos maiores entraves para a inserção dos pequenos e médios agricultores, os quais são os maiores responsáveis pela produção de orgânicos.

Outros entraves são a falta de tecnologia com enfoque agroecológico e maior acesso a conhecimentos pertinentes a cultura orgânica, seja por parte dos técnicos, dos produtores ou da sociedade. Esses são dois aspectos que devem ser levados em consideração na busca de melhorias no setor.

Quanto aos programas do governo que objetivam melhorar as condições de produção dos produtores brasileiros, as intenções e metas são claras e otimistas. No entanto, devido à novidade que o setor ainda é para o país e ao recente desenvolvimento dos projetos, uma análise mais aprofundada dos resultados a serem obtidos ao longo dos anos é necessária, assim como das consequências, positivas ou negativas, sofridas diretamente pelos produtores no dia a dia de suas atividades.

REFERÊNCIAS

- Batalha, M. O.; Silva, A. L. Gerenciamento de Sistemas Agroindustriais: Definições e Correntes Metodológicas. **Gestão Agroindustrial**. Vol. 1. 2 Ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- BRASIL. **Lei Federal no 10.831**, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências, Diário Oficial da República Federativa do Brasil. 2003.
- BRASIL. **Decreto Federal nº 6323**, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, Diário Oficial da República Federativa do Brasil. 2007.
- BRASIL. **Decreto Federal No 7.794**, de 20 de agosto de 2012, Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. 2012.
- BRASIL. Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa nº 18**, de 28 de maio de 2009 - Mecanismos de processamento e distribuição de produtos orgânicos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. 2009.
- BRASIL. Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa nº 19**, de 28 de maio de 2009 - Mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. 2009.
- BRASIL. Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa nº 13**, de 28 de maio de 2015 - Estabelece a STPOrg e as CPOrg-UF. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. 2015.
- Brazil Export Magazine. **Aumenta a demanda externa por orgânicos**. 2013. Disponível em <http://www.brazilexportmagazine.com.br/revista/rev392/files/organics_p.pdf>. Acesso em novembro de 2015.
- Buainain, A. M.; Batalha, M. O. **Cadeia produtiva de produtos orgânicos** (Vol. 5). Série Agronegócios, MAPA. (2007).
- CIAPO. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2013. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/planapo/>>. Acesso em: 09 de novembro de 2015.
- Darolt, M.; Abreu, L. S. Brandenburg, A.; Lamine, C. **Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, pp. 143-160, jul. 2012.
- Fernandes, D. M.; Karnopp, E. **A agricultura familiar e a cadeia produtiva de alimentos orgânicos: conquistas**. Revista de Desenvolvimento Econômico, v. 16, n. 29. UNIFACS, 2014. Disponível em <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/3038>>. Acesso em 29 de setembro de 2015.
- Guanziroli, C. E. **Pronaf dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural**. Revista de Economia e Sociologia Rural, vol. 45. no.2 Brasília. Abr 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032007000200004>. Acesso em: 16 de outubro de 2015.
- IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.

FiBL & IFOAM. **The World of Organic Agriculture: statistics and emerging trends.** 2014. Disponível em: < <https://www.fibl.org/fileadmin/documents/shop/1636-organic-world-2014.pdf> >. Acesso em: 17 de outubro de 2015.

IFOAM. **Relatório Anual Consolidado.** Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica, 2014.

IPD. **O mercado brasileiro de produtos orgânicos.** Instituto de Promoção do Desenvolvimento. Curitiba, 2011. Disponível em: < http://www.ipd.org.br/upload/tiny_mce/Pesquisa_de_Mercado_Interno_de_Produtos_Organicos.pdf >. Acesso em 29 de setembro de 2015.

Leite, R. M. **Dez anos de Regulamentação da Agricultura Orgânica, Avanços, Desafios e Oportunidades da Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil.** Planeta Orgânico, 2013.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Orgânicos.** MAPA, 2015. Disponível em: < <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos> >. Acesso em: 04 de setembro de 2015.

Mundo Verde. **História mundo verde.** 2015. Disponível em: <<http://mundo-verde.com.br/Quem-Somos/historia-mundo-verde>>. Acesso em 02 de novembro de 2015.

Planeta Orgânico. **Mercado Brasileiro de orgânicos deve movimentar R\$ 2,5 bi em 2016.** 2015. Disponível em: < <http://planetaorganico.com.br/site/index.php/mercado-brasileiro-de-organicos-deve-movimentar-r-25-bi-em-2016/> >. Acesso em 03 de novembro de 2015.

Organics Brasil. **Brasil fecha 2014 com US\$ 136 milhões em exportações.** 2015. Disponível em <<http://www.organicsbrasil.org/pt/imprensa>>. Acesso em 02 de novembro de 2015.

Ormond, J. G., Paula, S. R., Filho, P. F.; Rocha, L. T. **Agricultura orgânica: quando o passado é futuro.** Rio de Janeiro: BNDES Setorial. 2002.

Schultz, G., Barden, J., Berá, L., Wiebusch, F., & Gorgen, J. **Agricultura orgânica na região do vale do Taquari/RS: análise da estrutura de coordenação e gerenciamento da cadeia produtiva de hortaliças orgânicas.** Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios. Lajeado, RS. jul. 2009.

The Organic Center. **Organic Fact Sheets.** 2012. Disponível em: <<https://www.organic-center.org/organic-fact-sheets/>>. Acesso em 15 de setembro de 2015.

Vilela, N. J.; Resende, F. V.; Medeiros, M. A. **Evolução e cadeia produtiva da agricultura orgânica.** Circular Técnica, Embrapa. Brasília, dez. 2006.